



GABRIELLY RODRIGUES DE SOUZA FERREIRA
IHORRANA BEZERRA DE BRITTO CAMARGO
LARISSA DOS SANTOS PÓVOAS

**O RISCO ASSOCIADO À AUTOMEDICAÇÃO COM USO DE
ANTI-INFLAMATÓRIOS**

Rio de janeiro
2025



GABRIELLY RODRIGUES DE SOUZA FERREIRA
IHORRANA BEZERRA DE BRITTO CAMARGO
LARISSA DOS SANTOS PÓVOAS

O RISCO ASSOCIADO À AUTOMEDICAÇÃO COM USO DE ANTI-INFLAMATÓRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza
Herdy”, como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Biomedicina.

Orientadora: Dra. Raquel Costa da Silva

Rio de Janeiro
2025

GABRIELLY RODRIGUES DE SOUZA FERREIRA
IHORRANA BEZERRA DE BRITTO CAMARGO
LARISSA DOS SANTOS PÓVOAS

O RISCO ASSOCIADO À AUTOMEDICAÇÃO COM USO DE ANTI-INFLAMATÓRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza
Herdy”, como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Biomedicina.

Orientadora: Dra. Raquel Costa da Silva

Aprovada em:

Duque de Caxias, 26 de Novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



RAQUEL COSTA DA SILVA
Data: 03/12/2025 12:33:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Raquel Costa da Silva

Documento assinado digitalmente



NATHALIE VERA LOUREIRO
Data: 03/12/2025 12:41:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nathalie Vera Loureiro

Documento assinado digitalmente



PABLO TAVARES COIMBRA
Data: 04/12/2025 11:19:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pablo Tavares Coimbra

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por ter nos dado sabedoria, força e equilíbrio durante toda nossa trajetória do curso e na elaboração deste trabalho, sem a permissão dele nada seria possível.

Expressamos também nossa infinita gratidão e amor por nossas famílias, e amigos pelo apoio incondicional, todo suporte e incentivo que nos deram durante toda essa trajetória tão importante de nossas vidas. Sem o apoio de vocês nada disso seria possível.

Agradecemos também a nossa orientadora pela orientação, compromisso e dedicação, ao longo do nosso trabalho. Nossos sinceros agradecimentos pelo conhecimento compartilhado, pela paciência e pela contribuição essencial à nossa formação, seu ensinamento foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e para nosso crescimento profissional.

Um agradecimento especialmente aos nossos pais e minha mães. Sem vocês nada disso seria possível. Não temos palavras o suficiente para expressar nossa imensa gratidão à vocês. Sem o apoio de vocês nada disso seria possível, por isso essa vitória não é só nossa, e de vocês também. Obrigada por tudo sempre.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA PÚBLICA.....	11
2 METODOLOGIA.....	12
3 RESULTADOS.....	13
4 DISCUSSÃO.....	18
5 CONCLUSÃO.....	20
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

O RISCO ASSOCIADO À AUTOMEDICAÇÃO COM USO DE ANTI-INFLAMATÓRIOS

Gabrielly Rodrigues de Souza Ferreira¹

Ihorrana Bezerra de Britto Camargo¹

Larissa dos Santos Póvoas¹

Raquel Costa da Silva²

RESUMO

O uso indiscriminado de anti-inflamatórios por meio da automedicação acarreta sérios riscos e complicações à saúde. No Brasil, essa prática é bastante comum, frequentemente impulsionada pela fácil disponibilidade de medicamentos e pela busca imediata de alívio para sintomas como dores e febre. Entretanto, a falta de orientação médica pode resultar em danos significativos, incluindo problemas gastrointestinais, renais e hepáticos, além de mascarar condições de saúde grave, como algumas doenças. Este estudo visa analisar os perigos ligados à automedicação com anti-inflamatórios e suas implicações para a saúde pública. A pesquisa enfatiza a relevância da educação sobre o uso responsável de medicamentos, encorajando os indivíduos a buscar o acompanhamento médico antes de iniciar qualquer tratamento. Trata-se de uma revisão bibliográfica, baseada em artigos científicos coletados de fontes como Google Acadêmico, Pubmed e SciELO, com o propósito de compilar informações importantes sobre o tema. Com isso concluímos que a automedicação com anti-inflamatórios configura um desafio à saúde pública, intensificado pela falta de entendimento sobre seus efeitos colaterais e interações, sublinhando a importância de campanhas educativas e de orientação mais ativa por parte dos profissionais de saúde para mitigar riscos e promover o uso consciente desses fármacos.

Palavras-chave: Anti-inflamatórios. Automedicação. Efeitos colaterais. Riscos à saúde.

ABSTRACT

The indiscriminate use of anti-inflammatory drugs through self-medication entails serious risks and health complications. In Brazil, this practice is quite common, often driven by the easy availability of medicines and the immediate search for relief for symptoms such as pain and fever. However, the lack of medical advice can result in significant damage, including gastrointestinal, kidney and liver problems, in addition to masking serious health conditions, such as some diseases. This study aims to analyze the dangers associated with self-medication with anti-inflammatory drugs and their implications for public health. The research emphasizes the relevance of education on the responsible use of medicines, encouraging individuals to seek medical follow-up before starting any treatment. This is a bibliographic review, based on scientific articles collected from sources such as Google Scholar, Pubmed and SciELO, with the purpose of compiling important information on the subject. With this we conclude that self-medication with anti-inflammatory drugs is a challenge to public health, intensified by the lack of understanding of its side effects and interactions, underlining the importance of educational campaigns and more active guidance by health professionals to mitigate risks and promote the conscious use of these drugs.

Keywords: Anti-inflammatories. Self-medication. Side effects. Health risks.

¹ Graduando(a) do curso de Biomedicina na Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO.

² Doutora em Ciências Biológicas - Farmacologia e Química Medicinal - UFRJ.

1. INTRODUÇÃO

Automedicação, definida como o uso de medicamentos por iniciativa própria, sem prescrição ou orientação de um profissional de saúde, é um fenômeno crescente em diversos países, especialmente em contextos nos quais há fácil acesso a fármacos sem controle rigoroso (ANVISA, 2010). Essa prática pode envolver desde a reutilização de receitas antigas e indicações feitas por amigos ou familiares, até o uso baseado em experiências pessoais anteriores ou na influência direta de propagandas veiculadas nos meios de comunicação (Araújo et al., 2020).

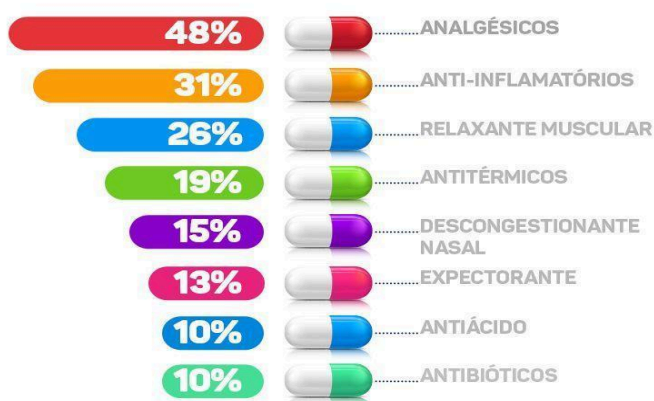
A automedicação se manifesta de diferentes formas. A autoprescrição consciente ocorre quando o indivíduo decide, deliberadamente, qual medicamento utilizar. A automedicação leiga está associada à recomendação feita por pessoas sem formação na área da saúde. Já a automedicação induzida é motivada, principalmente, por estratégias publicitárias da indústria farmacêutica ou pela prática comum da venda de medicamentos sem prescrição (Pereira; Freitas, 2013). Destaca-se ainda a automedicação contínua, caracterizada pelo uso crônico de medicamentos cuja indicação seria, originalmente, para um período limitado (CASTRO; SANTOS; RODRIGUES, 2007).

O Brasil lidera o ranking mundial de automedicação, com aproximadamente 77% da população fazendo uso de medicamentos por iniciativa própria (CFF, 2019). Estimativas da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma) indicam que cerca de 20 mil pessoas morrem, anualmente, no país como consequência dessa prática (Abifarma, 2023).

Fatores como a dificuldade de acesso a serviços de saúde, além de longos tempos de espera por atendimento médico contribuem significativamente para a disseminação dessa prática (Lopes et al., 2001). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 50% de todos os medicamentos no mundo são prescritos ou dispensados de forma inadequada, e até 50% dos pacientes os utilizam incorretamente. Tal cenário contribui para o aumento da incidência de eventos adversos, resistência medicamentosa e da morbimortalidade (WHO, 2000). Embora existam contextos em que a automedicação possa ser considerada segura como no uso racional de medicamentos isentos de prescrição (MIPs), desde que com conhecimento e responsabilidade o uso indiscriminado de fármacos representa um risco significativo à saúde pública.

A porcentagem abaixo mostra uso de diferentes classes de medicamentos, com destaque para os analgésicos (48%), anti-inflamatórios (31%) e relaxantes musculares (26%), isso ilustra o perfil predominante de automedicação e consumo de fármacos entre os indivíduos (figura 1).

Figura 1: Ranking dos medicamentos mais utilizados na prática da automedicação.



Fonte: ICTQ (2019).

No Brasil, o uso de anti-inflamatórios sem prescrição médica é uma prática amplamente disseminada, sobretudo no caso dos anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs), como ibuprofeno, diclofenaco, nimesulida e naproxeno. Esses medicamentos atuam por meio da inibição das enzimas ciclooxigenase-1 (COX-1) e ciclooxigenase-2 (COX-2), reduzindo a síntese de prostaglandinas substâncias envolvidas no processo inflamatório, mas também essenciais para a proteção da mucosa gastrointestinal e a manutenção da função renal (Ferreira; Moraes, 2019).

Por sua vez, os anti-inflamatórios esteroidais (AIEs), como a dexametasona e a prednisona, atuam diretamente sobre o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, modulando a resposta imunológica e o metabolismo celular. Esses fármacos são indicados apenas em situações específicas e exigem acompanhamento médico rigoroso, devido ao seu alto potencial de efeitos adversos (BRASIL, 2020).

A automedicação com anti-inflamatórios está fortemente relacionada a quadros clínicos de elevada gravidade, sobretudo quando esses medicamentos são utilizados de maneira crônica, sem acompanhamento profissional. Diversos estudos apontam que o uso prolongado de AINEs pode levar ao desenvolvimento de gastrite erosiva, úlceras pépticas e hemorragias gastrointestinais, com especial risco entre

idosos e pacientes em uso concomitante de anticoagulantes ou corticoides (MACHADO et al., 2022). Além disso, a nefrotoxicidade é uma complicação frequente, resultando em redução da taxa de filtração glomerular, retenção hídrica e, em casos mais graves, progressão para insuficiência renal aguda (BARROS; LIMA, 2021).

No caso dos AIEs, os efeitos adversos tendem a ser ainda mais severos quando utilizados sem critérios clínicos bem definidos. A supressão do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, por exemplo, pode levar à insuficiência adrenal secundária, especialmente após o uso prolongado e sem desmame gradual da medicação (FONSECA et al., 2021). Outros efeitos colaterais incluem hiperglicemia, osteoporose, aumento da suscetibilidade a infecções e alterações psiquiátricas (BRASIL, 2020).

O uso abusivo desses medicamentos é altamente preocupante entre populações vulneráveis, como idosos que frequentemente fazem uso de múltiplos fármacos (polifarmácia) e apresentam menor capacidade metabólica, gestantes, crianças e indivíduos com doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e insuficiência renal (FERREIRA et al., 2020). A falta de conhecimento técnico sobre interações medicamentosas, posologia adequada e contra indicações aumenta significativamente os riscos para esses grupos (CASTRO et al., 2019).

O uso inadequado e prolongado de anti-inflamatórios pode resultar em uma série de efeitos adversos, incluindo úlceras gástricas, insuficiência renal, hepatotoxicidade, reações alérgicas, elevação da pressão arterial e maior risco de doenças cardiovasculares. Além disso, o mascaramento de sintomas provocado por esses medicamentos pode atrasar o diagnóstico correto e comprometer o tratamento adequado de diversas condições clínicas (SILVA et al., 2021).

A utilização rotineira de anti-inflamatórios, especialmente sem prescrição, também representa uma barreira ao diagnóstico precoce de condições clínicas subjacentes. Ao atenuar temporariamente os sintomas de dor e inflamação, esses medicamentos podem mascarar sinais de doenças reumatológicas, infecciosas ou neoplásicas, retardando a procura por atendimento médico e o início de intervenções terapêuticas adequadas (CARVALHO et al., 2022). Esse mascaramento sintomático é particularmente perigoso em doenças como artrite reumatoide, lúpus eritematoso sistêmico e infecções osteoarticulares, que requerem tratamento precoce para evitar complicações permanentes.

Para além das questões clínicas, a automedicação reflete falhas estruturais do sistema de saúde, como a dificuldade de acesso à atenção básica, a desinformação da população e a fiscalização deficiente sobre a comercialização de medicamentos (OLIVEIRA; SOUZA, 2021). Tais fatores tornam a automedicação um problema complexo, multidimensional e de grande relevância para a saúde pública.

Além dos riscos clínicos, a automedicação gera impacto direto sobre os sistemas de saúde. Complicações decorrentes do uso indevido de anti-inflamatórios frequentemente demandam internações hospitalares, exames diagnósticos e tratamentos de suporte, onerando tanto o sistema público quanto os planos de saúde privados. Segundo estimativas do Ministério da Saúde, as internações causadas por complicações relacionadas ao uso de AINEs geram custos expressivos ao Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsáveis por milhares de atendimentos anuais em unidades de urgência e emergência (MS, 2024).

1.1 IMPLICAÇÕES NA POLÍTICA PÚBLICA

A automedicação com anti-inflamatórios, embora frequentemente aceita socialmente e banalizada no cotidiano, configura-se como um problema complexo e multifatorial, com consequências clínicas, sociais e econômicas significativas. A compreensão aprofundada dos riscos associados ao uso indiscriminado desses medicamentos, bem como dos fatores que favorecem sua disseminação, é essencial para subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes e promover o uso mais consciente e seguro dos recursos terapêuticos disponíveis.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), os medicamentos lideram os registros de intoxicação humana, representando aproximadamente 27,75% dos casos, superando substâncias como agrotóxicos e drogas ilícitas.

A carência de políticas públicas consistentes, a fragilidade na fiscalização da propaganda farmacêutica e a insuficiente capacitação de profissionais da saúde especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social contribuem para a perpetuação dessa prática. Em um cenário em que cerca de 120 milhões de brasileiros não possuem acesso a planos de saúde, o uso de medicamentos sem prescrição torna-se uma alternativa recorrente, embora potencialmente perigosa.

Diante desse contexto, torna-se essencial compreender os fatores que contribuem para essa prática e seus impactos clínicos e sociais. Assim, este estudo objetiva revisar criticamente a literatura sobre os riscos associados à automedicação com anti-inflamatórios, identificando suas implicações para a saúde pública e para a prática biomédica.

2. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, cujo objetivo é reunir, analisar e discutir as informações disponíveis na literatura científica sobre a automedicação com uso indiscriminado de anti-inflamatórios esteroidais (AIEs) e não esteroidais (AINEs).

Para a construção do referencial teórico, foram realizadas buscas por artigos científicos nas bases de dados Google Acadêmico, Pubmed, SciELO e em documentos oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS). Os critérios de inclusão adotados foram: publicações em português e inglês, com acesso gratuito ao texto completo, publicadas entre os anos 2000 e 2025, que abordassem temas relacionados à automedicação, aos anti-inflamatórios (AIEs e AINEs), seus riscos e efeitos adversos decorrentes do uso sem prescrição médica.

Na seleção do material, foram priorizados os artigos mais recentes e relevantes, especialmente aqueles que apresentavam dados clínicos e discutiam os impactos da automedicação, como complicações gástricas, renais, cardiovasculares e hepáticas, além dos riscos relacionados ao mascaramento de sintomas, que pode comprometer o diagnóstico médico adequado.

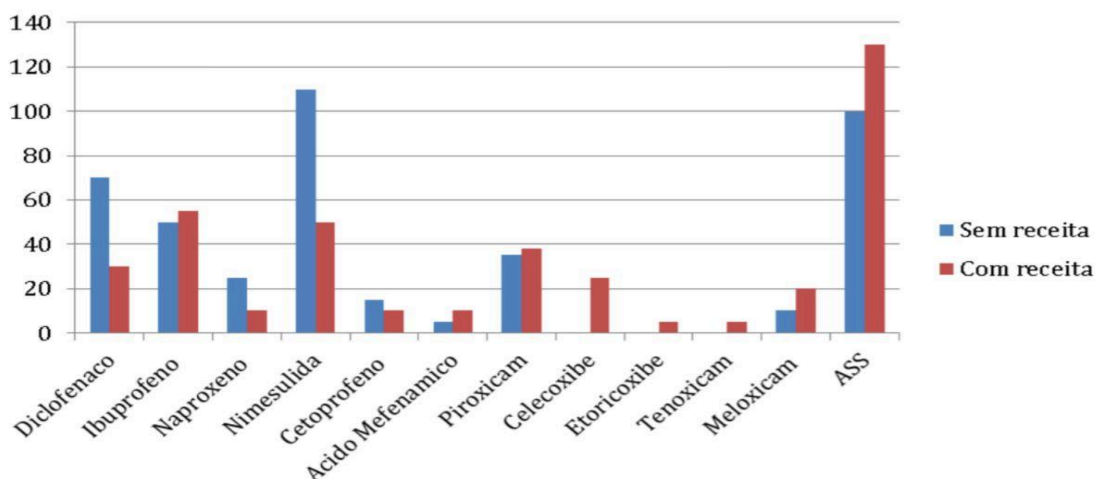
A análise do material foi realizada de forma qualitativa, com ênfase na identificação de pontos convergentes e recorrentes entre os estudos, permitindo a construção de uma visão crítica, integradora e atualizada sobre o tema. Essa abordagem metodológica possibilita compreender os principais riscos da automedicação com anti-inflamatórios, discutir as implicações da ampla disponibilidade desses fármacos sem prescrição, e reforçar a importância da atuação do profissional de saúde na promoção do uso racional de medicamentos.

3. RESULTADOS

A automedicação com anti-inflamatórios, tanto não esteroidais (AINEs) quanto esteroides, mostra-se como uma prática de alta prevalência e expressivos riscos clínicos no cenário da população brasileira. Primeiramente, um levantamento realizado pelo ICTQ (2018) revelou que 79% da população brasileira com mais de 16 anos admite utilizar medicamentos sem prescrição médica ou farmacêutica, demonstrando o amplo alcance da automedicação. Já no âmbito dos AINEs, Farias (2016) indicou que os casos de intoxicação por esses fármacos contribuem de forma significativa para a demanda hospitalar de urgência e emergência no Brasil.

Avaliando esse cenário, o estudo de Silva, Silva e Teixeira (2021) realizado no município de Poções (BA), entre os AINEs mais vendidos pela farmácia analisada, observa-se o predomínio do Ácido Acetilsalicílico (AAS), seguido de Nimesulida, ibuprofeno e Diclofenaco. Os resultados revelaram que o AAS foi o fármaco mais comercializado tanto com prescrição médica quanto sem prescrição, evidenciando o uso frequente e indiscriminado deste medicamento.

Figura 2: Venda dos AINEs com e sem prescrição médica



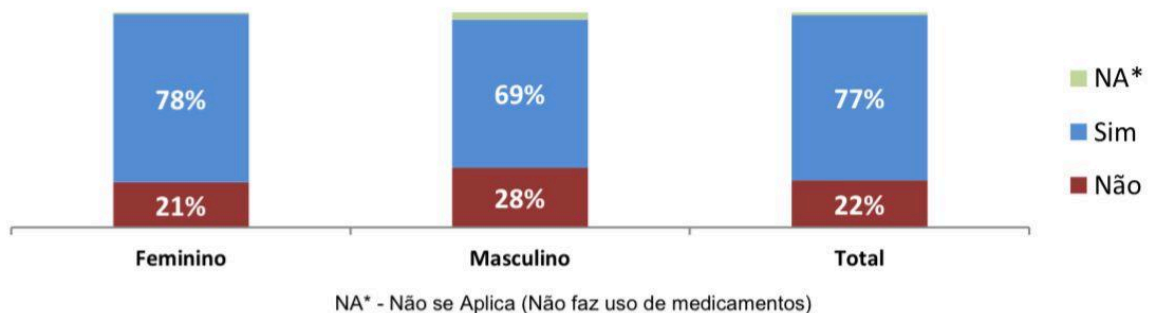
Fonte: Silva, Silva, Teixeira 2021.

A observação mais detalhada dos dados desenha o perfil dos AINEs mais utilizados na prática de automedicação sem prescrição médica na região. Esse perfil pode estar vinculado ao baixo custo desses fármacos, e por alguns deles serem medicamentos isentos de prescrição (MIPs), mas essas condições não interferem nos riscos e nas reações adversas relacionadas a tais medicamentos. Esses

resultados confirmam o comportamento de automedicação entre os moradores do município, destacando o consumo de medicamentos potencialmente tóxicos sem acompanhamento profissional.

Dados semelhantes foram observados por Ko (2018), que analisou o comportamento do mercado farmacêutico brasileiro entre 2014 e 2017, destacando o aumento expressivo das vendas dos AINEs. Os resultados da pesquisa indicam que mais de 77% dos participantes declararam fazer uso de AINEs por automedicação e cerca de 35% relataram ter experimentado algum tipo de efeito adverso, principalmente de natureza gastrointestinal.

Figura 3: Taxa de automedicação pelo sexo feminino e masculino.

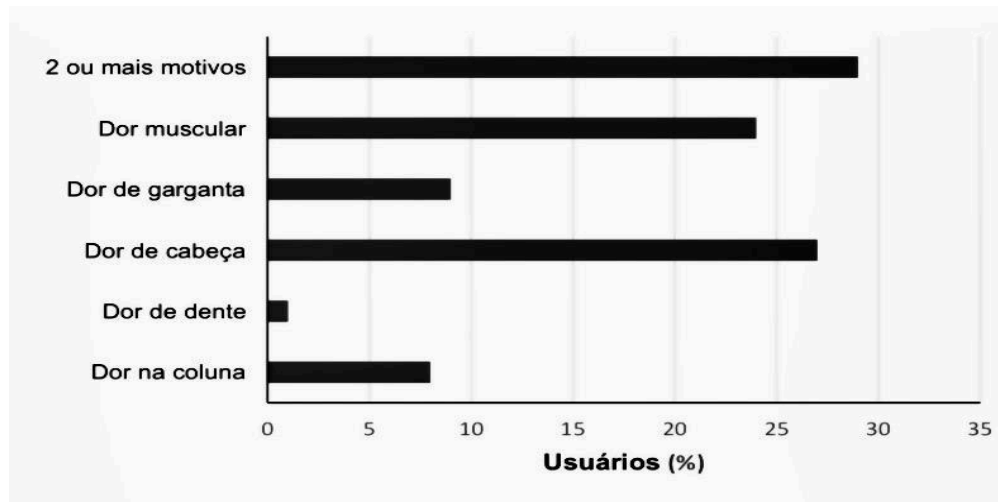


Fonte: Ko (2018).

Seus achados retratam que dentre os 428 participantes da pesquisa, a prevalência do uso foi maior entre mulheres (78 %) do que entre homens (69 %), fato esse, que possivelmente está associado à maior frequência de dores musculares, cefaleias e cólicas menstruais no público feminino, que motivam o consumo de analgésicos e anti-inflamatórios.

Ainda nessa vertente de observação, Rankel et al., (2016) realizou um estudo no município de Tijucas do Sul (PR) com o objetivo identificar o padrão de uso dos anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) entre os moradores do município, e avaliar as principais reações adversas associadas à automedicação.

Figura 4: Motivo que leva os entrevistados a utilizar os AINEs.



Fonte: Rankel et al., 2016.

Os questionários aplicados (100) à pesquisa foram respondidos por mulheres (75%) e homens (25%), com idade predominante entre 36 e 45 anos. Os resultados indicaram que os principais motivos para o uso de AINEs (figura 4) foram dores musculares (29%) e dor de cabeça (27%), seguidas de dor de garganta (9%), dor na coluna (8%), dor de dente (1%) e outras dores (2%). Entre os entrevistados, 59% relataram dor de estômago como reação adversa mais comum, seguida de náuseas e vômitos (14%) e cefaleias (14%), reafirmando a relação direta entre o uso recorrente de AINEs e o desenvolvimento de gastrite, úlceras e outras complicações digestivas (figura 5).

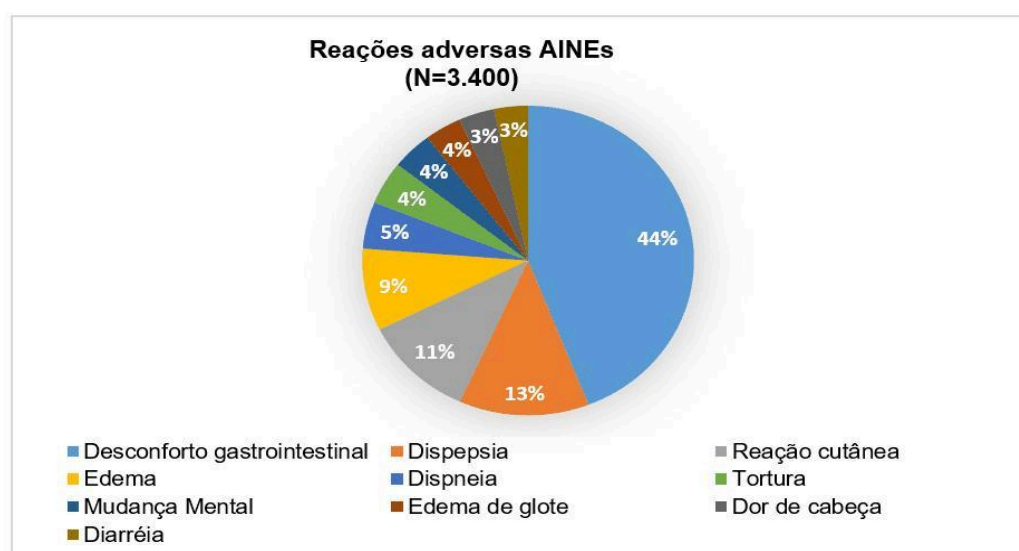
Figura 5: Reações adversas relatadas pelos entrevistados devido ao uso de AINEs.



Fonte: Rankel et al., 2016

Tratando-se das reações adversas mais relatadas quando relacionadas aos AINEs, Lima et al., (2021) descreveram os efeitos gastrointestinais como os mais frequentes (44% dos casos), seguido por dor estomacal (13%) (figura 6). Esses eventos se relacionam à inibição das enzimas ciclo-oxigenase-1 e 2 (COX-1 e COX-2), que reduzem a síntese de prostaglandinas gastroprotetoras e comprometem a integridade da mucosa gástrica. A redução dessa proteção favorece o aparecimento de gastrite, úlceras e hemorragias digestivas, efeitos amplamente documentados na literatura médica.

Figura 6: Reações adversas aos AINEs.



Fonte: Lima et al., 2021

Outras reações relevantes incluem a dispepsia (13%), dispneia (11%), edema (9%) e diarreia (5%), sintomas que indicam comprometimentos tanto no trato gastrointestinal quanto no sistema renal e respiratório. O edema, especificamente, pode ocorrer devido ao acúmulo anormal de líquidos nos tecidos corporais, resultando em inchaço em regiões como abdome e membros inferiores, o que reflete em uma possível alteração na função renal.

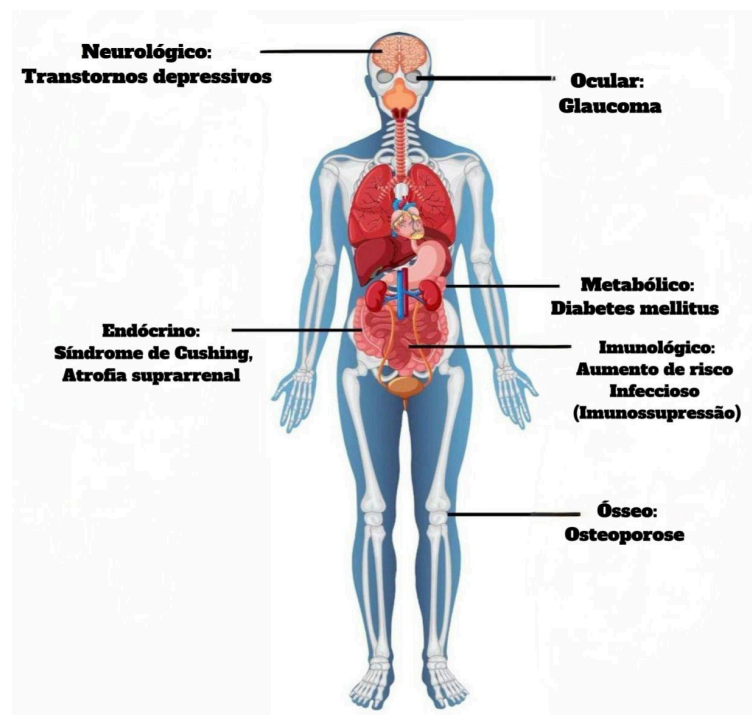
Além destas, foram identificadas reações cutâneas e alérgicas (4%), mudanças mentais (4%) e edema de glote (3%), sendo estas últimas potencialmente graves e exigindo intervenção médica imediata. Tais dados reforçam que, embora os AINEs sejam amplamente utilizados para alívio da dor e inflamação, o uso prolongado e

sem orientação profissional pode levar a complicações sérias, especialmente em idosos e pacientes com comorbidades.

Em relação aos anti-inflamatórios esteroidais (AIEs), a revisão de estudos realizada pela revista científica do Tocantins (2021) destaca a ocorrência de efeitos adversos sistêmicos graves, incluindo síndrome de Cushing, osteoporose, hiperglicemia, imunossupressão e glaucoma (figura 7), quando utilizados de forma contínua e sem supervisão médica.

Dentre os componentes da classe a prednisona, prednisolona, dexametasona e betametasona, são amplamente utilizados para tratar processos inflamatórios agudos e crônicos. No entanto, quando utilizados sem prescrição, por longos períodos e sem acompanhamento médico, para orientar sobre a forma correta de uso e retirada do fármaco, podem gerar efeitos adversos sistêmicos graves como a supressão do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal que resulta em insuficiência adrenal aguda, condição potencialmente fatal.

Figura 7: Efeitos colaterais graves do uso inadequado de corticóides.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, adaptado da Revista Científica do Tocantins (2021).

A figura ilustra algumas complicações causadas pelo uso prolongado e inadequado dos corticóides. Sendo os distúrbios metabólicos, como o desenvolvimento de diabetes mellitus devido à resistência insulínica induzida pelo medicamento, e os efeitos ósseos, especialmente a osteoporose, provocada pela redução da absorção de cálcio e aumento da reabsorção óssea, os mais recorrentes nessa prática. Esses resultados reforçam que, apesar da eficácia dos corticóides, seu uso indiscriminado pode causar sérios danos à saúde e comprometer o equilíbrio do organismo.

De forma geral, os estudos apontam que o consumo de anti-inflamatórios sem prescrição é uma prática disseminada, motivada por fatores como baixo custo, fácil acesso, crença de que os MIPs são inofensivos e a dificuldade de acesso a serviços de saúde.

4. DISCUSSÃO

Os dados apresentados nesta revisão evidenciam que a automedicação com anti-inflamatórios constitui um problema persistente de saúde pública no Brasil, refletindo um comportamento cultural fortemente enraizado. A ampla disponibilidade de AINEs e AIEs no comércio farmacêutico, associada à percepção equivocada de segurança, especialmente em relação aos medicamentos isentos de prescrição (MIPs), favorece o uso contínuo e descontrolado desses fármacos, confirmando a tendência observada em diversos estudos nacionais.

O ácido acetilsalicílico (AAS) foi identificado como o medicamento mais comercializado com e sem prescrição médica, seguido pela Nimesulida e Ibuprofeno, corroborando os achados de Ko (2018) e Rankel et al. (2016), que também identificaram esses fármacos como os mais consumidos em diferentes regiões do país. Essa predominância se justifica por serem fármacos de amplo uso terapêutico, baixo custo e fácil aquisição, fatores que impulsionam a prática da automedicação.

De acordo com os estudos analisados, grande parte da população adquire medicamentos sem prescrição médica, muitas vezes motivada pela rapidez no alívio da dor e pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde. No estudo de Rankel et al. (2016), por exemplo, 49% dos entrevistados afirmaram utilizar AINEs por conta própria, sem qualquer orientação profissional. Esses dados reforçam o alerta da

Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os riscos da automedicação e a necessidade de políticas públicas voltadas ao uso racional de medicamentos.

Entre as principais causas de uso abusivo, destacam-se as dores musculares, cefaleias e dores articulares, sintomas geralmente considerados leves, mas que levam ao uso contínuo e descontrolado desses fármacos. Essa tendência se alinha aos resultados apresentados por Arrais et al. (2016), que apontam maior prevalência de automedicação entre mulheres, possivelmente devido à maior incidência de dores associadas a questões hormonais e ao uso recorrente de analgésicos desde a adolescência para o alívio de cólicas menstruais.

Outro aspecto relevante observado é a frequência de uso: há dois grupos distintos de usuários, os que fazem uso agudo (de 1 a 5 vezes em três meses) e os que utilizam de forma crônica (acima de 15 vezes no mesmo período). Esses achados indicam dois perfis de automedicação: o primeiro, associado a sintomas temporários e pontuais; o segundo, ligado a condições crônicas, como artrite, hérnia de disco e enxaqueca. O uso prolongado, porém, está diretamente associado ao aumento de efeitos adversos gastrintestinais, renais e cardiovasculares.

Os efeitos adversos mais relatados, conforme o estudo de Rankel et al. (2016), foram dores estomacais, náuseas e vômitos e cefaléia, reações classicamente associadas à inibição da enzima COX-1, responsável pela proteção da mucosa gástrica. Esses resultados também foram evidenciados em estudos laboratoriais e epidemiológicos revisados pelo estudo de Lima et al, 2021, que demonstraram prevalência de sintomas gastrointestinais em até 38% dos usuários crônicos de AINEs, além de distúrbios renais e reações alérgicas.

Mesmo diante desses riscos, 50% dos participantes das pesquisas afirmaram nunca terem sentido efeitos colaterais, o que reforça a percepção errônea de segurança e o uso contínuo sem avaliação médica. A ANVISA recomenda que tanto os AINEs não seletivos quanto os inibidores seletivos da COX-2 (coxibes) sejam administrados na menor dose eficaz e pelo menor tempo possível, justamente para reduzir o risco de complicações gástricas, trombóticas e renais.

Em relação aos anti-inflamatórios esteroidais (AIEs), o estudo do ITPAC Porto (2020) revelou que o uso inadequado desses medicamentos, pode causar efeitos adversos severos, como diabetes induzido, osteoporose, imunossupressão e síndrome de Cushing. Esses fármacos, quando utilizados sem acompanhamento

profissional, representam um risco ainda maior devido à sua ação sistêmica e potencial de causar dependência orgânica.

Outro ponto relevante é o mascaramento de sintomas, frequentemente observado em usuários de AINEs. A atenuação de sinais inflamatórios pode retardar o diagnóstico de doenças graves, como artrite reumatóide, lúpus eritematoso sistêmico e infecções osteoarticulares (Carvalho et al., 2022).

Do ponto de vista de saúde pública, a automedicação está associada a internações hospitalares evitáveis, aumento de custos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e crescimento dos índices de morbimortalidade por intoxicação medicamentosa (SINITOX, 2024). Esses dados reforçam ainda mais a necessidade de políticas públicas que promovam o uso racional de medicamentos, maior controle da propaganda farmacêutica e orientação profissional em farmácias e unidades básicas de saúde.

5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender de forma clara que o uso indiscriminado de anti-inflamatórios, tanto esteróides quanto não esteróides, é uma realidade muito presente no dia a dia da população brasileira. A partir dos estudos analisados, ficou evidente que a automedicação se tornou um hábito comum, muitas vezes praticado pela facilidade de acesso aos medicamentos e pela busca rápida por alívio da dor, sem a devida orientação de um profissional da saúde.

Percebe-se que essa prática, apesar de parecer inofensiva, traz riscos significativos à saúde, podendo causar desde efeitos leves, como desconforto estomacal, até complicações mais sérias, como problemas renais, cardiovasculares e gástricos. Em casos de uso prolongado de anti-inflamatórios esteroides, os riscos se tornam ainda maiores, podendo provocar alterações hormonais, imunológicas e ósseas, como a síndrome de Cushing e a osteoporose.

Os resultados obtidos reforçam que é necessário um olhar mais atento sobre o uso desses medicamentos, principalmente porque muitos deles são de fácil acesso e vendidos sem receita médica. Esse cenário mostra a importância de se investir em educação em saúde, para que a população compreenda que mesmo os medicamentos de uso comum podem causar sérios danos quando usados de forma incorreta.

Outro ponto importante observado é que a automedicação é mais frequente entre as mulheres, o que pode estar ligado à maior ocorrência de dores crônicas e condições hormonais. Esse dado reforça a necessidade de direcionar campanhas de conscientização para esse público, incentivando o uso racional e o acompanhamento médico sempre que possível.

Desta forma, a análise integrativa dos estudos selecionados permite concluir que o problema é multifatorial, envolvendo aspectos culturais, econômicos, educacionais e regulatórios. Assim, o enfrentamento da automedicação requer ações intersetoriais que aliem educação sanitária, fiscalização e amplificação do acesso à atenção primária em saúde.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIMIP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO. Pesquisa sobre o comportamento de automedicação dos brasileiros. São Paulo: ABIMIP, 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Uso racional de medicamentos: tema transversal da saúde. Brasília: ANVISA, 2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/uso-racional>>. Acesso em: 02 maio 2025.

ARAÚJO, G. C. et al. Automedicação no Brasil: fatores associados e impactos à saúde. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS (ABIFARMA). Estudo aponta que 80 milhões de brasileiros se automedicam. São Paulo: ABIFARMA, 2023. Disponível em: <<https://www.abifarma.org.br>>. Acesso em: 02 maio 2025.

BARROS, A. L.; LIMA, J. P. Automedicação e saúde pública no Brasil: panorama atual. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 29, n. 4, p. 493-500, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Acesso, Utilização e Promoção

do Uso Racional de Medicamentos – PNAUM. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude>>. Acesso em: 02 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de uso de medicamentos anti-inflamatórios. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CARVALHO, D. R. et al. Mascaramento de sintomas por anti-inflamatórios: implicações clínicas. *Revista de Clínica Médica*, v. 38, n. 2, p. 212-218, 2022.

CASTRO, H. C.; SANTOS, D. O.; RODRIGUES, C. R. Automedicação: entendemos o risco? *Infarma – Ciências Farmacêuticas*, v. 19, n. 11/12, p. 33–36, 2007. Disponível em: <<https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/408>>. Acesso em: 02 maio 2025.

CASTRO, M. A. et al. Automedicação entre estudantes de graduação do curso de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 53, e03431, 2019.

Conselho Federal de Farmácia, 2019. Uso de medicamentos. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/file/Uso%20de%20Medicamentos%20-%20Relat%C3%B3rio%20_final.pdf

COSTA, André Luiz; NASCIMENTO, Patrícia de Souza. Anti-inflamatórios não esteroidais: usos, riscos e práticas de automedicação. *Revista Multidisciplinar do Núcleo do Conhecimento*, v. 8, n. 10, p. 189–205, 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/nao-esteroidais>. Acesso em: 6 nov. 2025.

FARIAS, P. O. Aspectos epidemiológicos das intoxicações por anti-inflamatórios não esteroides e analgésicos não opioides em um hospital de urgência e emergência. *Revista Médica de Minas Gerais*, [s.l.], ano 1995. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/1995>. Acesso em: 13 nov. 2025. FERREIRA, F. C.; MORAES, M. M. Anti-inflamatórios não esteroidais: uso e riscos associados à automedicação. *Revista Saúde em Foco*, v. 11, n. 2, p. 45–52, 2019.

FERREIRA, F. et al. Automedicação: prática comum por idosos de um município do norte do Paraná. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 79184–79195, 2020.

FONSECA, D. L. et al. Supressão adrenal induzida por corticoides: uma revisão. *Jornal Brasileiro de Endocrinologia*, v. 27, n. 1, p. 11–18, 2021.

ICTQ – INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE. Ranking dos medicamentos mais utilizados na prática da automedicação. Brasília, 2019.

ICTQ – INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE. Pesquisa: Automedicação no Brasil (2018). São Paulo: ICTQ, 2018. Disponível em: <https://ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/871-pesquisa-automedicacao-no-brasil-2018>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MACHADO, V. R. et al. Riscos da automedicação com anti-inflamatórios em idosos. *Revista de Geriatria e Gerontologia*, v. 30, n. 3, p. 244–251, 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE . Evite a automedicação e busque informações seguras contra a doença. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/evite-a-automedicacao-e-busque-informacoes-seguras-contr-a-doenca>

OLIVEIRA, S. B.; SOUZA, M. L. Barreiras ao acesso à saúde e automedicação no Brasil. *Revista Saúde Pública*, v. 56, p. 1–9, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Guidelines for the regulatory assessment of medicinal products for use in self-medication. Geneva: WHO, 2000. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/WHO-EDM-QSM-00.1>>. Acesso em: 02 maio 2025.

PAULO, M. A. C.; ZANINE, V. G. Automedicação: uma prática comum e os riscos associados. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 15, n. 2, p. 45–52, 2019.

PEREIRA, R. B.; FREITAS, L. M. Práticas de automedicação no Brasil: uma revisão integrativa. *Revista de Saúde Pública*, v. 47, n. 5, p. 98–105, 2013.

RANKEL, Sibely Aparecida Oliveira; SATO, Marcelo del Olmo; SANTIAGO, Ronise Martins. Uso irracional dos anti-inflamatórios não esteroidais no município de Tijucas do Sul, Paraná, Brasil. *Visão Acadêmica*, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 4–9, out./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/53213>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SANTANA, Dorlivete Nunes de; MOURA, Luzinete Alves; LUZ, Liliane Araújo. Uso de anti-inflamatórios não esteroidais e suas implicações para a saúde. *Revista Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, e475111638441, 2022. DOI: [10.33448/rsd-v11i16.38441](https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38441).

SILVA, L. F. et al. Efeitos adversos do uso indiscriminado de anti-inflamatórios: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Farmacologia Clínica*, v. 57, n. 1, 2021.

SILVA, Anderson de Jesus; SILVA, Maiara Lima; TEIXEIRA, Heurisongley Sousa. Uso de anti-inflamatórios não esteroidais sendo usado indiscriminadamente pelos moradores de um município do interior da Bahia – Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, e475111638441, 2022. DOI: [10.33448/rsd-v11i16.38441](https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38441).

LIMA, Andréa Ferreira de; MELO, Beatriz Santos; COSTA, Rafael Augusto. O uso indiscriminado de anti-inflamatórios esteroides e seus riscos à saúde. *Revista Científica do ITPAC Porto Nacional*, v. 8, n. 1, p. 1–10, 2015. Disponível em: <https://itpacporto.emnuvens.com.br/revista/article/download/15/16>. Acesso em: 6 nov. 2025.

LOPES, N. Automedicação: algumas reflexões sociológicas. *Sociologia*, v. 37, p. 141–165, 2001.

KO, Lynkon Tin Yang. A evolução do mercado de anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs) e o papel do farmacêutico frente à automedicação. 2018. 45 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia-Bioquímica) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.